

“Credores têm de oferecer abertura para o comércio”

por Fernando Canzian
de São Paulo

“Os credores externos têm de se posicionar para oferecer maior oportunidade de comércio exterior para o Brasil se quiserem receber seus créditos. O problema da dívida externa, hoje, é de conversibilidade”, afirmou a este jornal Dércio Garcia Munhoz, ex-presidente do Conselho Federal de Economia e assessor do governo na época de Tancredo Neves.

De acordo com Munhoz, 80% da dívida externa foi tomada por empresas estatais e privadas, “que são devedoras finais saudáveis”, e que pagam os juros de suas dívidas em cruzados junto ao Banco Central (BC). O BC, por sua vez, segundo Munhoz, assume a dívida e não consegue converter os cruzados em dólares, “pois o País não tem saldos comerciais constantes”.

“O governo acaba por estatizar a dívida externa e utiliza-se dos cruzados pagos pelas empresas para comprar títulos próprios no mercado”, disse. O economista diz que a partir desse momento os credores passam a “correr riscos de não receber mais seus créditos”. A solução, para Munhoz, seria os credores estimularem a venda de produtos brasileiros no exterior para que a conversibilidade fosse conseguida.

O ex-assessor econômico do curto governo Tancredo não acha viável um acordo brasileiro junto ao FMI. “O FMI sempre parte da premissa de que os países endividados não possuem capacidade de produzir para exportar, e o Brasil possui capacidade ociosa” nas empresas, estimada por ele em torno de 25%.

Munhoz, também economista da Universidade Federal de Brasília (UnB), afirmou que o plano de estabilização econômica implantado pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, corre o risco de fadar-se por dois fatores: redução da demanda e queda real nos salários. Segundo Munhoz, a redução da demanda e do poder de compra da população inviabiliza o crescimento econômico, “pois os empresários deixam de investir”.

Ele criticou ainda o esquema que a equipe econômica do ministro Bresser Pereira pretende adotar para promover os aumentos salariais. “Os aumentos salariais não devem ser lineares e mensais para todos, pois aumentasse a pressão inflacionária.” Para Munhoz, o governo deveria pagar já os resíduos do gatilho salarial e orquestrar os próximos aumentos de acordo com as datas-base de cada categoria.